

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

1º SIMULADO CARTÓRIOS (SERVIÇOS NOTARIAIS E REGISTRAIS) (PÓS-EDITAL)

PROVIMENTO

CADERNO
1
BRANCO

CADERNO
DE
PROVAS

Atenção!

Você está recebendo um caderno de provas do Tipo 1. Portanto, verifique se sua folha de respostas é, também, do Tipo 1. Verifique se o número deste caderno de provas coincide com o registrado no rodapé da página. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de aplicação para que sejam tomadas as devidas providências.

Informações Gerais

- Você receberá do fiscal de aplicação o material descrito a seguir:
 - a) Uma folha destinada às respostas das questões objetivas formuladas na prova de Tipo 1;
 - b) Este caderno de prova **Tipo 1**, com o enunciado das 100 (cem) questões, sem resposta ou falha.
- Ao receber a folha de respostas você deve:
 - a) Conferir seu nome, número de identidade e número de inscrição;
 - b) Ler atentamente as instruções para a marcação das respostas das questões objetivas;
 - c) Assinar a folha de respostas, no espaço reservado, com caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta.
- As questões são identificadas pelo número que se situa acima de seu enunciado.
- Durante o período de realização da prova objetiva:
 - a) será vedado o uso de líquido corretor de texto ou fita corretiva, caneta hidrográfica fluorescente (caneta marca-texto), lápis, lapisseira/grafite, borracha, lápis-borracha;
 - b) será proibido utilizar ou portar, mesmo que desligado, durante a realização da Prova Objetiva de Seleção, telefone celular, beep, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, cd-rom, drive, reprodutor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio, tablet, mp3, bem como a utilização ou porte de óculos escuros, protetor auricular, chapéu, boné, gorro, podendo a Coordenação deste Concurso Público vetar o ingresso de candidato com outros equipamentos e/ou objetos além dos anteriormente citados;
 - c) serão proibidos o empréstimo de material e utilização de livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive códigos e/ou legislação, bem como qualquer espécie de comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas;
 - d) não será permitida a substituição da folha de respostas quando o erro for do candidato;
 - e) somente serão permitidos assinamentos na folha de respostas feitos com caneta esferográfica de tinta azul ou preta;
 - f) será considerada nula a folha de respostas que estiver marcada ou escrita a lápis, bem como a que conter qualquer forma de identificação do candidato fora do lugar especificamente indicado para tal finalidade;
 - g) não é permitido fazer anotação de informações relevantes às suas respostas no CDI ou em qualquer outro meio.

A CONSULPLAN realizará a coleta da impressão digital dos candidatos em formulário próprio.

O tempo de duração da prova objetiva será de 5 (cinco) horas, abrangendo a assinatura e a transcrição das respostas para a folha de respostas, bem como o procedimento de identificação daloscópica previsto.

O candidato somente poderá retirar-se do local de aplicação **após decorridas 2 (duas) horas do início da prova**, momento a partir do qual poderá levar consigo o Caderno de Questões da Prova Objetiva.

Quando terminar sua prova você deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, entregar a folha de respostas devidamente preenchida e assinada ao fiscal de aplicação. Aquele que descumprir esta regra será **ELIMINADO**. Será obrigatória a permanência dos 3 (três) últimos candidatos de cada sala, até que o último deles entregue a sua prova. Caso algum desses candidatos insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo fiscal de aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo fiscal de aplicação da sala e pelo Coordenador do local de provas.



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:
treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!

GRAN
FICHA TÉCNICA DO MATERIAL
grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2412099736M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

1º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Tribunal de Justiça da Paraíba
TJ PB

CARGO:

Cartórios (Serviços Notariais e Registrais)

MODELO/BANCA:

Consulplan

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

12/2024

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

12/2024

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

REGISTROS PÚBLICOS E NOTARIAL

Carlos Elias

01

Assinale a alternativa correta.

- A) Entre as punições aplicáveis aos tabeliões e aos registradores por infração disciplinar, está a suspensão por noventa dias, prorrogáveis por mais trinta
- B) O notário e o registrador não é um profissional do direito.
- C) A delegação do serviço notarial e registral pode ser outorgada a uma pessoa jurídica, desde que mediante licitação.
- D) É permitido fixar emolumentos em percentual incidente sobre o valor do negócio jurídico objeto dos serviços notariais e de registro.
- E) No exercício das atividades notariais e de registro, e de acordo com a Lei Federal n. 8.935/1994, é correto afirmar: os notários e registradores estão sujeitos, pelas infrações que praticarem, assegurado amplo direito de defesa, às penas de advertência; repreensão; multa; suspensão por cento e vinte dias, prorrogáveis por mais trinta; e perda da delegação.

02

Acerca da responsabilidade civil dos oficiais por danos causados a terceiros no exercício de suas funções, é correto afirmar que:

- A) a responsabilidade é, em regra, objetiva, conforme previsão expressa na Lei n. 8.935/1994.
- B) o prazo prescricional para a pretensão de reparação civil contra o oficial é de 10 anos.
- C) não é cabível regresso do oficial contra o preposto que tenha causado o dano, porque o risco da atividade é integralmente do oficial.
- D) se o ato notarial ou registral tiver sido praticado por preposto, o oficial não tem dever de indenizar.
- E) O Estado responde, objetivamente, pelos atos dos tabeliões e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa

03

É requisito para a delegação para o exercício da atividade notarial, salvo:

- A) o diploma de bacharel em direito ou, à sua falta, a comprovação de dois anos de exercício em serviço notarial ou de registro até a data da primeira publicação do edital do concurso de provas e títulos.
- B) nacionalidade brasileira.
- C) quitação com as obrigações eleitorais e militares.
- D) verificação de conduta condigna para o exercício da profissão.
- E) aprovação em concurso público de provas e títulos, mesmo no caso de concurso de remoção.

04

Assinale a alternativa correta.

- A) O notário ou registrador que desejarem exercer mandato eletivo deverão se afastar do exercício do serviço público delegado desde a sua diplomação.
- B) No caso de vacância de serventia extrajudicial, é irrelevante se a pessoa a ser designada já foi condenada por improbidade administrativa.
- C) No caso de vacância de serventia extrajudicial, a designação de interino não poderá recair sobre nenhum substituto da serventia, nem mesmo de modo temporário, pois a interinidade só pode ser exercida por delegatário concursado de outra serventia.
- D) O interino tem direito aos emolumentos integralmente, sem qualquer teto remuneratório, tendo em vista a natureza privada da prestação do serviço.
- E) Tanto os delegatários titulares de serventias notariais e registrais quanto os interinos estão sujeitos às vedações de nepotismo para a contratação de prepostos.

05

Assinale a alternativa que não corresponde a uma hipótese de extinção da delegação de serviço notarial e registral:

- A) aposentadoria compulsória, que é aplicada aos oficiais ao alcançarem determinada idade.
- B) morte.
- C) invalidez.
- D) renúncia.
- E) descumprimento da gratuidade de emolumentos pelo registro civil de nascimento e pelo assento de óbito, bem como pela primeira certidão respectiva.

06

A apresentação, por meio do Sistema Eletrônico de Registros Públicos (Serp), de extratos eletrônicos relativos a bens imóveis para a prática de atos no Registro de Imóveis pode ser realizado nos seguintes casos, salvo:

- A) os extratos eletrônicos relativos a bens imóveis produzidos pelas instituições financeiras que atuem com crédito imobiliário autorizadas a celebrar instrumentos particulares com caráter de escritura pública, caso em que não haverá necessidade de apresentação da íntegra do instrumento contratual, o qual deverá ser arquivado pela instituição financeira.
- B) os extratos eletrônicos relativos a bens imóveis envolvendo garantias de crédito rural em cédulas e títulos de crédito do agronegócio, caso em que não haverá necessidade de apresentação da íntegra do instrumento contratual, o qual deverá ser arquivado pela instituição financeira.
- C) os extratos eletrônicos apresentados por tabeliões de notas, caso em que não haverá necessidade de apresentação da íntegra do instrumento contratual, o qual deverá ser arquivado pelo tabelião em pasta própria.
- D) os extratos eletrônicos apresentados por qualquer particular, sem necessidade de apresentação da íntegra do instrumento contratual, desde que esse particular declare ter arquivado a íntegra do instrumento contratual
- E) No caso de extratos eletrônicos para registro ou averbação de atos e negócios jurídicos relativos a bens imóveis, ficará dispensada a atualização prévia da matrícula quanto aos dados objetivos ou subjetivos previstos no art. 176 da Lei n. 6.015/1973 (Lei de Registros Públicos), exceto dos dados imprescindíveis para comprovar a subsunção do objeto e das partes aos dados constantes do título apresentado

07

Assinale a opção que não corresponde a nenhum dos tipos de assinaturas eletrônicas admitidas para acesso ou envio de informações aos registros públicos em atos relativos a imóveis:

- A) qualquer assinatura eletrônica avançada.
- B) assinatura eletrônica qualificada.
- C) assinatura eletrônica simples.
- D) somente se admite a assinatura eletrônica com certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil.
- E) assinatura eletrônica que seja confiável, segundo juízo do registrador.

08

O registro de nascimento é realizado no seguinte livro do Registro Civil das Pessoas Naturais:

- A) Livro “A”.
- B) Livro “B”.
- C) Livro “B-Auxiliar”
- D) Livro “C”.
- E) Livro “D”.

09

O registro do natimorto é realizado no seguinte livro do Registro Civil das Pessoas Naturais:

- A) Livro “A”.
- B) Livro “B”.
- C) Livro “B-Auxiliar”
- D) Livro “C”.
- E) Livro “C-Auxiliar”.

10

O registro da união estável é realizado no seguinte livro do Registro Civil das Pessoas Naturais:

- A) Livro “A”.
- B) Livro “B”.
- C) Livro “B-Auxiliar”
- D) Livro “C”.
- E) Livro “E”.

11

Assinale a afirmativa correta acerca do casamento religioso à luz da Lei de Registros Públicos e do Código Civil.

- A) É obrigatória a assinatura de quatro testemunhas no termo ou assento do casamento religioso, além da assinatura da autoridade ou ministro que o celebrar e dos nubentes.
- B) Após a celebração do casamento, o registro do casamento religioso com efeito civil deverá ser promovido no prazo de quarenta dias, sob pena de nova habilitação.
- C) é vedada a celebração de casamento religioso com efeitos civis por conta da laicidade do Estado.
- D) O casamento religioso, que atender às exigências da lei para a validade do casamento civil, equipara-se a este, desde que registrado no registro próprio, produzindo efeitos a partir da data de sua celebração.
- E) Casamento religioso sem prévia habilitação não pode ser registrado, nem mesmo com posterior habilitação.

12

Assinale a alternativa que NÃO indica hipótese autorizadora de alteração do sobrenome diretamente no Registro Civil das Pessoas Naturais, sem necessidade de decisão judicial:

- A) inclusão de sobrenomes familiares.
- B) inclusão de sobrenome do cônjuge, na constância do casamento.
- C) exclusão de sobrenome do cônjuge, na constância do casamento.
- D) exclusão de sobrenome do ex-cônjuge, após a dissolução da sociedade conjugal, por qualquer de suas causas.
- E) supressão de sobrenome originário, recebida quando do registro de nascimento.

13

Manoel Castro Silva compareceu ao Registro Civil das Pessoas Naturais para registrar o nascimento de seu filho. Na Declaração de Nascido Vivo – DNV, o nome de seu filho está como Américo Castro Gonçalves, e o nome da genitora é Maria Silva Gonçalves. No momento do registro, o genitor, por não ter gostado do nome indicado ao seu filho na DNV, declara ao registrador que o nome do seu filho deverá ser lançado no assento de nascimento como Bruno Mars Castro Gonçalves. Considerando a situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

- A) Uma vez preenchido o nome na DNV não é possível sua alteração; desse modo, Manoel terá que se conformar com o nome dado ao seu filho.
- B) O oficial deverá recusar o nome escolhido em que consta na DNV, em razão da ordem do sobrenome, que deve ser em primeiro o da genitora e, por último, o do genitor.
- C) A DNV não vincula o nome que ali se encontra, podendo o declarante alterá-lo no momento do registro de nascimento; assim, Manoel poderá registrar o seu filho com o nome de sua preferência.
- D) Dentro do prazo de 30 dias após o registro, qualquer dos genitores poderá apresentar, perante o Registro Civil onde foi lavrado o assento de nascimento, oposição fundamentada ao prenome e sobrenomes indicados pelo declarante.
- E) Se o pai não tivesse indicado o sobrenome, o registrador deveria acrescer, necessariamente, o sobrenome da mãe e, em seguida, o do pai, vedado realizar esse acréscimo em ordem diversa, pois, no Brasil, o sobrenome paterno deve vir por último.

14

Sobre a conversão da união estável em casamento, assinale a alternativa correta.

- A) Somente é cabível mediante decisão judicial.
- B) Os nubentes podem ser representados por procurador por instrumento particular.
- C) Não constará do assento de casamento convertido a partir da união estável a data do início ou o período de duração desta, salvo no caso de prévio procedimento de certificação eletrônica de união estável realizado perante oficial de registro civil.
- D) Será vedado se, no curso do processo de habilitação, qualquer das partes vier a falecer, pois é necessário que os ambos os companheiros estejam vivos no momento final da lavratura do assento de casamento, fruto da conversão da união estável.
- E) Não se aplica o regime da separação legal de bens no caso de qualquer companheiro que tenha mais de 70 anos no momento do pedido de conversão da união estável em casamento, se ele tiver começado a união antes dessa idade.

15

Acerca do procedimento de certificação eletrônica da união estável perante o registro civil, assinale a alternativa incorreta.

- A) É facultativa.
- B) Para comprovar as datas de início ou, se for o caso, de fim da união estável, os companheiros valer-se-ão de todos os meios probatórios em direito admitidos.
- C) O registrador entrevistará os companheiros e, se houver, as testemunhas para verificar a plausibilidade do pedido.
- D) Havendo suspeitas de falsidade da declaração ou de fraude, o registrador poderá exigir provas adicionais.
- E) No caso de indeferimento do pedido pelo registrador, os companheiros podem requerer a suscitação de dúvida no prazo de 45 dias da ciência.

16

Após os nubentes apresentarem os documentos exigidos por lei para a habilitação para casamento, o prazo para o registrador extrair o certificado de habilitação é de:

- A) 5 dias.
- B) 15 dias.
- C) 30 dias.
- D) 60 dias.
- E) 90 dias.

17

Após o nascimento, o registro de nascimento deverá ser promovido no prazo de:

- A) 5 dias.
- B) 15 dias, vedado ser ampliado ainda que o cartório esteja distante.
- C) poderá chegar a 30 dias, caso a sede do cartório esteja distante mais de 30 quilômetros do lugar onde ocorreu o parto ou do lugar da residência dos pais.
- D) 60 dias.
- E) 90 dias.

18

O registro de nascimento após o prazo legal:

- A) é vedado.
- B) é permitido mediante declaração dos pais, sem necessidade de qualquer providência adicional.
- C) não dependerá de entrevista, pelo oficial, da pessoa registrada, independentemente da idade desta.
- D) inicia-se com um requerimento que dispensa a assinatura de testemunhas, pois basta a assinatura dos requerentes.
- E) considerado um registro tardio e depende da observância de um procedimento que, em geral, objetiva impedir fraudes, como a de registrar o nascimento de uma pessoa já anteriormente registrada em outro cartório.

19

São requisitos do assento de óbito, salvo:

- A) a hora, se possível, dia, mês e ano do falecimento.
- B) se deixou bens e herdeiros menores ou interditos.
- C) se era casado, o nome do cônjuge sobrevivente, mesmo quando desquitado; se viúvo, o do cônjuge pré-defunto; e o cartório de casamento em ambos os casos.
- D) se faleceu com testamento conhecido.
- E) o nome dos avós do falecido.

20

Em certo dia do ano de 2024, o registrador da 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais de uma determinada cidade foi consultado por um preposto que estava com as seguintes dúvidas acerca da cobrança de emolumentos:

- I. Arnaldo solicitou o registro do óbito de seu pai.
- II. Bruno solicitou o registro de nascimento de seu filho.
- III. Elisa solicitou a segunda via da certidão de registro de nascimento.
- IV. Zico e Silvanira solicitaram a habilitação para casamento.

Considerando este cenário, assinale a afirmativa correta.

- A) Arnaldo e Bruno deverão recolher os emolumentos pelos registros, salvo se apresentarem declaração informando a condição de hipossuficiência econômica.
- B) Zico e Silvanira deverão recolher os emolumentos para a habilitação do casamento, salvo se apresentarem declaração informando a condição de hipossuficiência econômica.
- C) Em todas as situações haverá o atendimento da solicitação sem cobrança de emolumentos, independentemente de não serem reconhecidamente pobres; entretanto, os registradores serão resarcidos pelo fundo de ressarcimento de atos gratuitos.
- D) As solicitações de Arnaldo, Bruno e Elisa devem ser atendidas sem cobrança de emolumentos, mesmo sem apresentação de declaração informando a condição de hipossuficiência econômica, pois não serão cobrados emolumentos pelo registro civil de nascimento e de óbito, bem como pela emissão das certidões.
- E) Nenhuma das alternativas anteriores.

21

Em relação à restauração e ao suprimento no Registro Civil das Pessoas Naturais, assinale a alternativa errada.

- A) Restauração é o procedimento previsto para regularização de casos em que, por conta de extravio ou danificação total ou parcial de folhas do livro do registro civil das pessoas naturais, tenham-se tornado inviáveis a leitura do ato e a respectiva emissão de certidão.
- B) Suprimento é procedimento previsto para suprir dados que não foram inseridos no ato do registro civil quando de sua lavratura, apesar de obrigatórios ou recomendáveis (suprimento parcial do ato) ou para suprir ato cuja lavratura no livro competente não se consumou, apesar de ter sido objeto de certidão entregue a terceiros (suprimento total do ato).
- C) Poderá ser objeto de restauração administrativa, independentemente de autorização do juiz corregedor permanente, qualquer ato lançado nos livros do Registro Civil das Pessoas Naturais, quando constatados o extravio ou a danificação total ou parcial da folha do livro, desde que haja prova documental suficiente e inequívoca para a restauração, ressalvada a hipótese de o objeto ser assento de óbito.
- D) No caso de o objeto da restauração administrativa ser o assento de óbito, o oficial só poderá realizar o registro após prévia autorização específica do juízo competente para eventual dúvida registral. Como prova documental necessária à obtenção, com segurança, dos dados necessários à restauração do assento de óbito, é indispensável, na hipótese do caput deste artigo, a apresentação de certidão de óbito e de declaração de óbito, ainda que em cópia, desde que legível, sem prejuízo de outras provas.
- E) A restauração e o suprimento só podem ocorrer na via judicial.

22

Em relação ao Registro Civil das Pessoas Jurídicas, assinale a alternativa incorreta.

- A) Se o ato constitutivo da pessoa jurídica apresentado a registro envolver objeto que indique destino ou atividade ilícitos, o oficial, de ofício ou por provocação de qualquer autoridade, suspenderá o processo de registro e suscitará dúvida ao juiz, que decidirá.
- B) Se o ato constitutivo da pessoa jurídica apresentado a registro envolver objeto que indique destino ou atividade contrários, nocivos ou perigosos ao bem público, o oficial, de ofício ou por provocação de qualquer autoridade, suspenderá o processo de registro e suscitará dúvida ao juiz, que decidirá.
- C) Se o ato constitutivo da pessoa jurídica apresentado a registro envolver objeto que indique destino ou atividade contrário, nocivo ou perigoso à segurança do Estado e da coletividade, o oficial, de ofício ou por provocação de qualquer autoridade, suspenderá o processo de registro e suscitará dúvida ao juiz, que decidirá.
- D) Se o ato constitutivo da pessoa jurídica apresentado a registro envolver objeto que indique destino ou atividade contrário, nocivo ou perigoso aos bons costumes, o oficial, de ofício ou por provocação de qualquer autoridade, suspenderá o processo de registro e suscitará dúvida ao juiz, que decidirá.
- E) Se, em regra, o ato constitutivo da pessoa jurídica não tiver sido previamente aprovado pelo Poder Público, o oficial, de ofício ou por provocação de qualquer autoridade, suspenderá o processo de registro e suscitará dúvida ao juiz, que decidirá.

23

Em relação Registro Civil de Pessoas Jurídicas, são registráveis os contratos sociais ou estatuto das seguintes pessoas jurídicas, salvo:

- A) partidos políticos.
- B) associação.
- C) organização religiosa.
- D) sociedade simples.
- E) sociedades empresárias.

24

O contrato social de uma sociedade simples estrangeira é apresentado para registro perante uma serventia de Registro Civil de Pessoas Jurídicas sociedade estrangeira. Nesse caso, caberá ao oficial:

- A) efetuar o registro, independentemente de aprovação do Poder Executivo e início de fato das atividades no país.
- B) efetuar o registro, independentemente de aprovação do Poder Executivo, não podendo funcionar antes do registro.
- C) efetuar o registro somente após a aprovação do funcionamento pelo Poder Executivo, caso em que deverá manter representante permanente no exterior.
- D) efetuar o registro somente após a aprovação do funcionamento pelo Poder Executivo, caso em que deverá manter representante permanente no Brasil.
- E) negar o registro, porque sociedade simples é registrável na Junta Comercial.

25

No Registro Civil das Pessoas Jurídicas, o livro destinado à matrícula das oficinas impressoras, jornais, periódicos, empresas de radiodifusão e agências de notícias é:

- A) Livro A.
- B) Livro B.
- C) Livro C.
- D) Livro D
- E) Livro E.

26

No Registro Civil das Pessoas Jurídicas, o livro destinado ao registro dos atos constitutivos das pessoas jurídicas é:

- A) Livro A.
- B) Livro B.
- C) Livro C.
- D) Livro D
- E) Livro E.

27

Em relação ao registro do ato constitutivo de pessoas jurídicas no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, assinale a alternativa correta.

- A) O registro será feito com base em duas vias do estatuto, compromisso ou contrato.
- B) O ato constitutivo tem de ser apresentado em papel necessariamente.
- C) Os documentos apresentados em papel perante a serventia poderão ser retirados pelo apresentante nos 180 (cento e oitenta) dias após a data da certificação do registro ou da expedição de nota devolutiva, observado que, após esse prazo, os documentos serão descartados.
- D) O representante legal da pessoa jurídica necessariamente precisa assinar o requerimento de registro, ainda que ele tenha subscrito o ato constitutivo.
- E) Não compete ao registrador avaliar se o ato constitutivo tem objeto ou circunstâncias relevantes que indiquem ato contrário aos bons costumes.

28

No tocante ao Registro de Títulos e Documentos, assinale a alternativa correta.

- A) Para o registro de contratos de alienação ou de promessas de venda referente a bens móveis, o Oficial de Registro de Títulos e Documentos exigirá o reconhecimento de firma das partes.
- B) Para surtir efeitos em relação a terceiros, devem ser registrados os atos administrativos expedidos para cumprimento de decisões judiciais, sem trânsito em julgado, pelas quais for determinada a entrega, pelas alfândegas e mesas de renda, de bens e mercadorias procedentes do exterior.
- C) Os registros dependerão de prévia distribuição quando, na comarca, houver mais de um oficial de Registro de Títulos e Documentos.
- D) O penhor rural tem de ser registrado no Registro de Títulos e Documentos para produzir efeitos contra terceiros.
- E) O penhor industrial tem de ser registrado no Registro de Títulos e Documentos para produzir efeitos contra terceiros.

29

Assinale a alternativa que não corresponde à competência territorial do Registro de Títulos e Documentos para a prática dos atos de registros.

- A) Domicílio das partes, quando residirem na mesma circunscrição territorial.
- B) Domicílio de um dos devedores ou de um dos garantidores, se as partes residirem em circunscrições territoriais diversas.
- C) Domicílio de qualquer uma das partes, quando, apesar de elas residirem em circunscrições territoriais diversas, nenhuma delas for devedora ou garantidora.
- D) Pode ser realizada no domicílio do credor se este residir na mesma circunscrição territorial em que reside o devedor.
- E) Qualquer cartório, independentemente do domicílio das partes.

30

Não são hipóteses de registro no Registro de Títulos e Documentos:

- A) os contratos de compra e venda em prestações, com reserva de domínio ou não, qualquer que seja a forma de que se revistam.
- B) os instrumentos de sub-rogação e de dação em pagamento.
- C) as cartas de fiança, em geral, feitas por instrumento particular, seja qual for a natureza do compromisso por elas abonado.
- D) as constrições judiciais ou administrativas sobre bens móveis corpóreos e sobre direitos de crédito.
- E) as constituições de gravames e ônus, inclusive para fins de publicidade e eficácia perante terceiros, sobre ativos financeiros e valores mobiliários objeto de registro ou de depósito centralizado, sem prejuízo do cumulativo registro nas entidades registradoras ou nos depositários centrais.

31

Analise as afirmativas a seguir.

- I. O registro facultativo para conservação de documentos autoriza a expedição de certidão de inteiro a qualquer pessoa, desde que identificada.
- II. O acesso ao conteúdo do registro facultativo pode ser requisitado por autoridade tributária, em caso de negativa de autorização sem justificativa aceita.
- III. O registro facultativo não poderá servir como instrumento para cobrança de dívidas, mesmo que de forma vedada, para protesto, notificação extrajudicial, medida judicial ou negativação nos serviços de proteção ao crédito ou congêneres.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) Nenhuma alternativa anterior.

32

Em relação ao Registro de Títulos e Documentos, assinale a alternativa errada.

- A) No registro facultativo para conservação, o apresentante de títulos de interesse fiscal, administrativo ou judicial poderá autorizar, desde que requerido por ocasião do registro, a sua disponibilização para os órgãos públicos pertinentes que poderão acessá-los por meio do Sistema Eletrônico dos Registros Públicos – Serp, sem ônus, nos termos estabelecidos pela Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça, dispensada a guarda pelo apresentante.
- B) À margem dos registros realizados pelos oficiais de Registro de Títulos e Documentos, serão averbadas quaisquer ocorrências que os alterem, quer em relação às obrigações, quer em atinência às pessoas que nos atos figurarem, inclusive quanto à prorrogação dos prazos.
- C) A alienação fiduciária em garantia de veículos precisa ser registrada no Cartório de Títulos e Documentos para constituir a propriedade fiduciária.
- D) A cessão fiduciária de título de crédito, nos termos da disciplina específica da Lei 4.728/95, com a redação dada pela Lei 10.931/2004, não depende de registro em cartório de títulos e documentos para ser constituída, não se lhe aplicando a regra do art. §1º do art. 1.361 do Código Civil, regente da cessão fiduciária de coisa móvel infungível.
- E) Os registros realizados no Registro de Títulos e Documentos, em regra, produzem efeitos a partir da data do registro.

33

O livro no qual é feito o registro facultativo para fins de conservação é:

- A) Livro B
- B) Livro C
- C) Livro E
- D) Livro F
- E) Livro G

34

Em relação ao Registro de Imóveis, assinale a afirmativa correta.

- A) O bem de família legal é objeto de registro na matrícula do imóvel.
- B) São objeto de registro, e não de averbação, a caução e a cessão fiduciária de direitos reais relativos a imóveis.
- C) Promessa de permuta não pode ser registrada na matrícula do imóvel, porque se trata de contrato preliminar.
- D) O contrato de pagamento por serviços ambientais, quando este estipular obrigações de natureza *propter rem*, é objeto de registro na matrícula do imóvel.
- E) A legitimação fundiária é objeto de averbação na matrícula do imóvel.

35

No Registro de Imóvel, é(são) objeto de registro na matrícula do imóvel, salvo:

- A) sentenças declaratórias de usucapião.
- B) rendas constituídas sobre imóveis ou a eles vinculadas por disposição de última vontade.
- C) incorporação imobiliária.
- D) loteamento urbano.
- E) convenção de condomínio edilício.

36

Em relação ao Registro de Imóveis, a certidão de liberação de condições resolutivas dos títulos de domínio resolúvel emitidos pelos órgãos fundiários federais na Amazônia Legal e o ato de tombamento definitivo, sem conteúdo financeiro, estão sujeitos a:

- A) registro na matrícula.
- B) averbação na matrícula.
- C) averbação e registro, respectivamente, na matrícula.
- D) registro e averbação, respectivamente, na matrícula.
- E) registro no Livro “3”.

37

Município requer a abertura de matrícula de uma praça derivada de um loteamento implantado mas ainda não registrado. Assinale a alternativa que corresponde à conduta correta a ser adotada pelo registrador de imóveis.

- A) O pedido só poderá ser acolhido se houver o registro prévio do loteamento.
- B) O pedido poderá ser deferido se o município apresentar planta da área global do loteamento, com a declaração de que ele foi implantado, sem prejuízo de outros documentos exigidos em lei, inclusive de comprovação de notificação dos confrontantes.
- C) O pedido dependerá de autorização do juiz competente para decidir dúvidas registrais.
- D) O pedido poderá ser acolhido mediante apresentação, pelo município, de planta da área global do loteamento, com declaração de que o parcelamento foi implantado (apesar de não ter sido registrado), bem como de planta e memorial descritivo da área objeto da matrícula a ser aberta, dispensada, em qualquer hipótese, intimação de confrontantes dessa área da matrícula a ser aberta.
- E) O pedido do município deverá ser rejeitado pelo registrador, pois não é possível a abertura de matrícula para bens públicos.

38

Na execução extrajudicial de crédito garantido por hipoteca, o prazo para o registrador averbar o início do procedimento de excussão extrajudicial dessa garantia real é de:

- A) 15 dias, a contar da notificação do devedor para purgar a mora.
- B) 15 dias, a contar do esgotamento de anterior prazo de 15 dias dado ao devedor para purgar a mora.
- C) 30 dias, a contar da notificação do devedor para purgar a mora.
- D) 30 dias, a contar do esgotamento de anterior prazo de 15 dias dado ao devedor para purgar a mora.
- E) 60 dias.

39

Na execução extrajudicial de crédito garantido por alienação fiduciária em garantia sobre imóveis, o saldo devedor remanescente após a excussão da garantia:

- A) será considerado extinto.
- B) subsistirá.
- C) será extinto apenas no caso de a dívida garantida decorrer de financiamento para aquisição ou construção de imóvel residencial do devedor, desde que fora do sistema de consórcio.
- D) será extinto no caso de a dívida garantida envolver tipo de financiamento para aquisição de qualquer tipo de imóvel.
- E) extinguirá apenas pela metade.

40

Assinale a alternativa que NÃO abrange atribuição do tabelião de notas.

- A) Atuar como árbitro.
- B) Certificar o implemento ou a frustração de condições e outros elementos negociais, respeitada a competência própria dos tabeliões de protesto.
- C) O preço do negócio ou os valores conexos poderão ser recebidos ou consignados por meio do tabelião de notas, que repassará o montante à parte devida ao constatar a ocorrência ou a frustração das condições negociais aplicáveis, não podendo o depósito feito em conta vinculada ao negócio, nos termos de convênio firmado entre a entidade de classe de âmbito nacional e instituição financeira credenciada, que constituirá patrimônio segregado, ser constrito por autoridade judicial ou fiscal em razão de obrigação do depositante, de qualquer parte ou do tabelião de notas, por motivo estranho ao próprio negócio
- D) A pedido dos interessados, comunicar ao juiz da vara ou ao tribunal, conforme o caso, a existência de negociação em curso entre o credor atual de precatório ou de crédito reconhecido em sentença transitada em julgado e terceiro, o que constará das informações ou consultas que o juízo emitir, consideradas ineficazes as cessões realizadas para pessoas não identificadas na comunicação notarial se, dentro do prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado do recebimento desta pelo juízo, for lavrada a respectiva escritura pública de cessão de crédito.
- E) Lavrar escrituras públicas de divórcio e de guarda de filho menor do casal, desde que haja consenso dos cônjuges e aprovação do Ministério Público.

41

Na execução extrajudicial de crédito garantida por hipoteca, a formalização da transferência do imóvel ao arrematante do leilão ocorrerá por meio de registro, na matrícula, de:

- A) certidão de arrematação expedida pelo leiloeiro público.
- B) de atesto, pelo registrador de imóveis, da concretização do leilão.
- C) declaração do credor.
- D) ata notarial de arrematação.
- E) escritura pública de arrematação.

42

Não é atribuição do tabelionato de notas:

- A) realizar arbitragem.
- B) viabilizar conta-garantia sujeita a patrimônio de afetação (*escrow account*).
- C) lavrar ata notarial certificando o implemento de uma condição, a qual serve como título apto a ingresso no Registro de Imóveis.
- D) prestar serviços remunerados mediante convênio com órgãos públicos, entidades e empresas interessadas.
- E) lavrar instrumentos particulares.

43

Entre os documentos obrigatórios para o pedido extrajudicial de usucapião extrajudicial, o requerente tem de apresentar:

- A) ata notarial lavrada pelo tabelião, atestando o tempo de posse do requerente e de seus antecessores, conforme o caso e suas circunstâncias.
- B) declaração, de próprio punho, atestando o tempo de posse.
- C) laudo de inspeção presencial do próprio registrador no local do imóvel, atestando o tempo de posse.
- D) escritura pública declaratória, indicando o tempo de posse.
- E) Nenhuma das opções anteriores.

44

Em regra, no caso de alienação fiduciária em garantia sobre imóveis de valor superior a 30 salários mínimos, a formalização desse negócio e de outros conexos deverá ocorrer por meio de:

- A) escritura pública, em qualquer hipótese.
- B) instrumento particular ou escritura pública, a critério das partes.
- C) escritura pública, salvo exceção legal, como no caso de se tratar de ato envolvendo administradora de consórcio de imóveis ou ser entidade integrante do Sistema Financeiro de Habitação ou do Sistema de Financiamento Imobiliário.
- D) instrumento particular com firma reconhecida.
- E) Nenhuma das opções anteriores.

45

Em relação aos atos notariais eletrônicos, assinale a alternativa correta.

- A) É livre a escolha do tabelião que lavrará a escritura pública eletrônica, ainda que se trate de alienação de imóveis, independentemente do domicílio das partes ou do local do imóvel.
- B) No caso de ato notarial eletrônico, é dispensada a realização de videoconferência com as partes, caso estas tenham manifestado a vontade por meio de assinatura eletrônica.
- C) A assinatura eletrônica admitida para as partes assinarem atos notariais eletrônicos só pode ser aquela com certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil.
- D) É facultada a utilização, para a realização da videoconferência pelo notário, da plataforma e-Notariado ou qualquer outra que seja possível a gravação e o armazenamento dos dados, desde que obedecidos aos requisitos tecnológicos determinados na legislação própria.
- E) Nenhuma das opções anteriores.

46

Em relação ao Tabelionato de Protesto, à luz da Lei n. 9.492/1997, o prazo para a lavratura do protesto é de:

- A) 3 dias.
- B) 5 dias.
- C) 10 dias.
- D) 15 dias.
- E) 30 dias.

47

Em relação ao Tabelionato de Protesto, assinale a alternativa errada.

- A) É permitido ao tabelião de protesto, por meio da central nacional de serviços eletrônicos compartilhados dos tabeliões de protesto, a recepção do título ou documento de dívida com a recomendação do apresentante ou credor, caso este assim opte e requeira expressamente, de proposta de solução negocial prévia ao protesto.
- B) O tabelião de protesto poderá utilizar meio eletrônico ou aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz para enviar as intimações, caso em que a intimação será considerada cumprida quando comprovado o seu recebimento por meio de confirmação de recebimento da plataforma eletrônica ou outro meio eletrônico equivalente.
- C) Se, após 3 dias úteis, não houver comprovante de recebimento da intimação feita eletronicamente, presumir-se-á realizada a intimação do protesto.
- D) Em regra, a remessa da intimação poderá ser feita por portador do próprio tabelião, ou por qualquer outro meio, desde que o recebimento fique assegurado e comprovado através de protocolo, aviso de recepção (AR) ou documento equivalente.
- E) Na hipótese de, diante da tentativa de intimação por via postal, o aviso de recepção (ou documento equivalente) não retornar ao tabelionato de protesto dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis, deverá ser providenciada a intimação por edital.

48

Assinale a alternativa que NÃO corresponde a um título protestável.

- A) Certidão de dívida ativa.
- B) Duplicata.
- C) Crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel.
- D) Contribuição condominal no caso de condomínio edilício.
- E) Contrato por instrumento particular, ainda que sem testemunhas.

49

Em relação ao protesto, assinale a alternativa errada.

- A) As duplicatas virtuais – emitidas e recebidas por meio magnético ou de gravação eletrônica – podem ser protestadas por mera indicação, de modo que a exibição do título não é imprescindível para o ajuizamento da execução judicial.
- B) A duplicata sem aceite, desde que devidamente protestada e acompanhada do comprovante de entrega da mercadoria, é instrumento hábil a embasar a execução.
- C) Antes da lavratura do protesto, poderá o apresentante retirar o título ou documento de dívida, pagos os emolumentos e demais despesas.
- D) Após a lavratura do protesto, facilita-se ao credor, ao devedor e ao tabelião ou ao responsável interino territorialmente competente pelo ato, por intermédio da central nacional de serviços eletrônicos compartilhados dos tabeliões de protesto, a qualquer tempo, propor medidas de incentivo à renegociação de dívidas protestadas e ainda não canceladas, podendo também ser concedido abatimento de emolumentos e demais acréscimos legais.
- E) Pode-se efetuar o protesto por falta de pagamento de letra de câmbio contra o sacado não aceitante.

50

Não deverá constar do registro do protesto:

- A) data e número de protocolização.
- B) nome do apresentante e endereço.
- C) reprodução ou transcrição do documento ou das indicações feitas pelo apresentante e declarações nele inseridas.
- D) certidão das intimações feitas e das respostas eventualmente oferecidas.
- E) o histórico de títulos protestados do mesmo devedor.

DIREITO CIVIL

Cristiny Rocha

51

Conforme disposições da Lei de introdução às normas do direito brasileiro, assinale a alternativa correta.

- A) As organizações destinadas a fins de interesse coletivo, como as sociedades e as fundações, obedecem à lei do Estado em que estão situadas.
- B) As organizações destinadas a fins coletivos não poderão ter no Brasil filiais, agências ou estabelecimentos, antes de serem os atos constitutivos aprovados pelo Governo brasileiro, mas não ficando sujeitas à lei brasileira.
- C) Só à autoridade judiciária brasileira compete conhecer das ações relativas a imóveis situados no Brasil.
- D) A prova dos fatos ocorridos em país estrangeiro rege-se pela lei que nele vigorar, quanto ao ônus e aos meios de produzir-se, nesse caso admitindo os tribunais brasileiros provas que a lei brasileira desconheça.
- E) A obrigação resultante do contrato reputa-se constituída no lugar em que será realizada.

52

No que concerne aos Código de Defesa do Consumidor, analise as assertivas a seguir.

- I. Produto é qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial.
- II. A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais independe de culpa.
- III. A publicidade é enganosa por omissão quando deixar de informar sobre dado essencial do produto ou serviço.

Estão corretas:

- A) somente I.
- B) somente II.
- C) somente I e II.
- D) somente I e III.
- E) todas estão corretas.

53

Analise as assertivas a seguir.

- I. Não perdem o caráter de imóveis as edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local.
- II. Somente por vontade das partes os bens naturalmente divisíveis podem tornar-se indivisíveis.
- III. São benfeitorias úteis as que aumentam ou facilitam o uso do bem.

Estão corretas:

- A) somente I.
- B) somente II.
- C) I e III.
- D) II e III.
- E) nenhuma está correta.

54

Sobre prescrição e decadência, assinale a alternativa correta.

- A) Prescreve em um ano a pretensão dos tabeliões em relação aos emolumentos.
- B) Prescreve em um ano a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos.
- C) Prescreve em cinco anos a pretensão de reparação civil.
- D) Não se aplicam à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.
- E) É ineficaz a renúncia à decadência fixada em lei.

55

Analise as assertivas a seguir em conformidade com a Lei do inquilinato.

- I. O contrato de locação pode ser ajustado por qualquer prazo, dependendo de vênia conjugal, se igual ou superior a dez anos.
- II. Morrendo o locador, a locação não se transmite aos herdeiros.
- III. É livre a convenção do aluguel, vedada a sua estipulação em moeda estrangeira e a sua vinculação à variação cambial ou ao salário mínimo.

Estão corretas:

- A) somente I.
- B) somente II.
- C) somente III.
- D) somente I e II.
- E) somente I e III.

56

Sobre tutela e curatela, assinale a opção correta.

- A) Os bens do menor serão entregues ao tutor mediante termo especificado deles e seus valores, ainda que os pais o tenham dispensado.
- B) Se o patrimônio do menor for de valor considerável, poderá o juiz condicionar o exercício da tutela à prestação de caução bastante, não podendo dispensá-la ainda que o tutor seja de reconhecida idoneidade.
- C) Quem não for parente do menor poderá recusar a tutela.
- D) A escusa a tutela apresentar-se-á nos cinco dias subsequentes à designação, sob pena de entender-se renunciado o direito de alegá-la; se o motivo escusatório ocorrer depois de aceita a tutela, os quinze dias contar-se-ão do em que ele sobrevier.
- E) Incumbe ao tutor, independentemente de inspeção do juiz, administrar os bens do tutelado, em proveito deste, cumprindo seus deveres com zelo e boa-fé.

57

Marque a assertiva incorreta a respeito do direito de vizinhança.

- A) O proprietário construirá de maneira que o seu prédio não despeje águas, diretamente, sobre o prédio vizinho.
- B) As janelas cuja visão não incida sobre a linha divisória, bem como as perpendiculares, não poderão ser abertas a menos de setenta e cinco centímetros.
- C) Na zona rural, não será permitido levantar edificações a menos de três metros do terreno vizinho.
- D) É defeso abrir janelas, ou fazer eirado, terraço ou varanda, a menos de três metros do terreno vizinho.
- E) Não é lícito encostar à parede divisória chaminés, fogões, fornos ou quaisquer aparelhos ou depósitos suscetíveis de produzir infiltrações ou interferências prejudiciais ao vizinho.

58

Analise as assertivas.

- I. Se a servidão pertencer a mais de um prédio, serão as despesas de obras necessárias serão rateadas entre os respectivos donos.
- II. A passagem forçada, aquela imposta a partir de um prédio encravado sobre prédio vizinho, garante ao prédio dominante, tornando-o útil, o direito de acesso à via pública, porto ou nascente, cujo rumo será judicialmente fixado, se necessário.
- III. Salvo nas desapropriações, a servidão, uma vez registrada, só se extingue, com respeito a terceiros, quando cancelada.

Está correto o que se afirma em:

- A) somente I
- B) somente II
- C) somente III
- D) somente II e III.
- E) todas as assertivas estão corretas.

59

Assinale a alternativa correta a respeito do direito de posse, conforme as disposições do Código Civil.

- A) A posse de boa-fé só perde este caráter no caso e desde o momento em que as circunstâncias façam presumir que o possuidor não ignora que possui indevidamente.
- B) A posse não pode ser adquirida por terceiro sem mandato.
- C) A posse não se transmite aos herdeiros ou legatários do possuidor.
- D) Ao sucessor singular não é facultado unir sua posse à do antecessor.
- E) A posse do imóvel não faz presumir, até prova contrária, a das coisas móveis que nele estiverem.

60

Conforme disposições da lei dos alimentos gravídicos, Lei n. 11.804/2008, assinale a alternativa correta.

- A) O réu será citado para apresentar resposta em 15 dias.
- B) Aplica-se subsidiariamente as disposições do Código de Processo Civil.
- C) Aplica-se subsidiariamente as disposições da Lei de alimentos (Lei n. 5.478/1968) a Lei dos alimentos gravídicos.
- D) Após o nascimento com vida, a parte deve solicitar a sua revisão para conversão em pensão alimentícia.
- E) Aplica-se supletivamente as disposições do Código de Processo Civil à lei dos alimentos gravídicos.

61

Em relação aos direitos dos idosos, conforme disposições do Estatuto, analise as assertivas.

- I. A garantia de prioridade compreende a garantia de acesso à rede de serviços de saúde e de assistência social locais.
- II. O direito à liberdade compreende a inviolabilidade da integridade física.
- III. A obrigação alimentar é solidária, podendo a pessoa idosa optar entre os prestadores.

Está correto o que se afirma em:

- A) somente I.
- B) somente II.
- C) somente III.
- D) somente I e III.
- E) nenhuma está correta.

62

Analise as afirmações abaixo conforme a Lei n. 10.931/2004 e assinale a alternativa correta.

- A) Nos contratos de comercialização de imóveis, de financiamento imobiliário em geral e nos de arrendamento mercantil de imóveis, bem como nos títulos e valores mobiliários por eles originados, com prazo mínimo de trinta e seis meses, é admitida estipulação de cláusula de reajuste, com periodicidade mensal, por índices de preços setoriais ou gerais ou pelo índice de remuneração básica dos depósitos de poupança.
- B) Nas ações judiciais que tenham por objeto obrigação decorrente de empréstimo, financiamento ou alienação imobiliários, o autor poderá fazer pedido genérico.
- C) As instituições financeiras não poderão emitir título representativo das Cédulas de Crédito Bancário.
- D) A Cédula de Crédito Bancário não poderá ser emitida sob a forma escritural.
- E) A Cédula de Crédito Bancário somente poderá ser emitida, com garantia real ou fidejussória.

63

Analise as afirmações abaixo acerca da alienação fiduciária de coisa imóvel, conforme disposições da Lei n. 9.514/1997, e assinale a alternativa correta.

- A) O Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI é título de crédito nominativo, de livre negociação, lastreado em créditos mobiliários.
- B) Na hipótese de falência do devedor cedente e se não tiver havido a tradição dos títulos representativos dos créditos cedidos fiduciariamente, ficará assegurada ao cessionário fiduciário a restituição na forma da legislação pertinente.
- C) São insuscetíveis de caução os direitos aquisitivos sobre imóvel.
- D) A alienação fiduciária poderá ser contratada por pessoa física ou jurídica, não sendo privativa das entidades que operam no SFI, desde que tenha como objeto somente a propriedade plena.
- E) Com a constituição da propriedade fiduciária, dá-se o desdobramento da propriedade, tornando-se o fiduciante possuidor direto e o fiduciário possuidor indireto da coisa imóvel.

64

Analise as afirmações abaixo acerca da impenhorabilidade do bem de família e assinale a alternativa correta.

- A) No caso de imóvel locado, a impenhorabilidade não se aplica aos bens móveis que guarneçam a residência.
- B) A impenhorabilidade é oponível em qualquer processo de execução civil, fiscal, previdenciária, trabalhista ou de outra natureza, ainda que movido para execução de hipoteca sobre o imóvel.
- C) A impenhorabilidade comprehende o imóvel sobre o qual se assentam a construção, as plantações, as benfeitorias de qualquer natureza e todos os equipamentos, inclusive os de uso profissional, ou móveis que guarneçem a casa, desde que quitados.
- D) Os veículos de transporte e as obras de arte são impenhoráveis.
- E) A impenhorabilidade é oponível em qualquer processo, ainda que por obrigação decorrente de fiança concedida em contrato de locação.

65

Analise as afirmações abaixo acerca do inventário e partilha e assinale a alternativa correta.

- A) Desde a assinatura do compromisso até a homologação da partilha, a administração da herança será exercida pelo inventariante.
- B) O valor de colação dos bens doados será sempre certo, conforme o ato de liberalidade.
- C) São dispensadas da colação as doações que o doador determinar saiam da parte disponível, ainda que a excedam.
- D) A dispensa da colação deve ser outorgada pelo doador em testamento.
- E) As doações remuneratórias de serviços feitos ao ascendente estão sujeitas a colação.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Lídia Marangon

66

Cabe à Justiça comum estadual e/ou distrital:

- A) processar e julgar as demandas oriundas de ações de repactuação de dívidas decorrentes de superendividamento, ainda que exista interesse de ente federal.
- B) processar e julgar reclamação trabalhista ajuizada por servidor admitido sem concurso público e sob o regime celetista antes da CF/1988, mesmo que haja cumulação de pedidos referente ao período trabalhado sob o regime de contratação temporária.
- C) decidir as causas de interesse do Conselho Curador de Honorários Advocatícios, órgão que não detém personalidade jurídica própria e está expressamente vinculado à Advocacia-Geral da União.
- D) julgar a causa, estabelecida entre particulares, que tem por objeto reintegração de posse de imóvel que faz parte de comunidade quilombola.
- E) processar e julgar a ação civil pública fundamentada na não concessão pela União de Selo de Responsabilidade Social à empresa pela falta de verificação adequada do cumprimento de normas que regem as condições de trabalho.

67

Assinale a alternativa incorreta, sobre a intervenção de terceiros.

- A) Não é cabível a denunciação da lide em demanda que busca a declaração de inexigibilidade de débito, pois não haverá uma condenação que justifique a introdução de uma nova lide dentro daquele processo principal.
- B) O incidente de desconsideração da personalidade jurídica pode ser instaurado a pedido do Ministério Público.
- C) Pendendo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la.
- D) O assistente simples atuará como auxiliar da parte principal, exercerá os mesmos poderes e sujeitar-se-á aos mesmos ônus processuais que o assistido.
- E) É extinta a denunciação da lide apresentada intempestivamente pelo réu nas hipóteses em que o denunciado contesta apenas a pretensão de mérito da demanda principal.

68

Sobre medidas coercitivas atípicas, assinale a alternativa incorreta.

- A) Não há um tempo pré-estabelecido fixamente para a duração da medida coercitiva atípica, que deve perdurar por tempo suficiente para dobrar a renitência do devedor.
- B) As medidas executivas atípicas, sobretudo as coercitivas, são penalidades judiciais impostas ao devedor.
- C) Devem ser deferidas e mantidas enquanto conseguirem operar, sobre o devedor, restrições pessoais capazes de incomodar e suficientes para tirá-lo da zona de conforto.
- D) Revela-se ilegal e arbitrária a medida coercitiva de retenção do passaporte em decisão judicial não fundamentada e que não observou o contraditório, proferida no bojo de execução por título extrajudicial.
- E) O Supremo Tribunal Federal declarou a constitucionalidade da aplicação concreta das medidas atípicas desde que não avance sobre direitos fundamentais e observe os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

69

Sobre recursos, assinale a alternativa incorreta.

- A) A parte e o advogado possuem legitimidade recursal concorrente quanto à fixação dos honorários advocatícios.
- B) A interposição de um recurso inexistente gera preclusão consumativa, sendo incabível a subsequente interposição do recurso previsto na legislação.
- C) O interessado deverá ser intimado para a realização do preparo recursal nas hipóteses de indeferimento ou de não processamento do pedido de gratuidade da justiça.
- D) É cabível agravo de instrumento contra decisão interlocutória que julga procedente, total ou parcialmente, a primeira fase da ação de exigir contas.
- E) É cabível agravo de instrumento contra a decisão que acolhe embargos à monitória para excluir a parte dos litisconsortes passivos, remanescendo o trâmite da ação monitória em face de outro réu.

DIREITO PENAL

Renato Pulz

70

Acerca dos princípios aplicados no Direito Penal, marque a alternativa correta.

- A) Em função dos elevados níveis de criminalidade nas sociedades contemporâneas, no Direito penal deve vigorar o Princípio da intervenção máxima.
- B) O Princípio da subsidiariedade prevê que somente devem ser tutelados pelo direito penal os casos de relevante lesão ou perigo de lesão aos bens jurídicos fundamentais para a manutenção e o progresso do ser humano e da sociedade.
- C) O Princípio da sucessividade afirma que atuação do Direito Penal é cabível unicamente quando os outros ramos do Direito e os demais meios estatais de controle social tiverem se revelado impotentes para o controle da ordem pública.
- D) O Princípio da insignificância exclui a tipicidade material.
- E) A lei pune a tentativa de suicídio ou de automutilação como forma de coibir esse tipo de conduta.

71

Josefina estava passeando no parque quando foi atacada por um cão. Para salvá-la, um policial que estava por perto acabou atirando no cão ferindo-o. Sobre o caso, marque a alternativa correta.

- A) O policial será responsabilizado por maus-tratos aos animais.
- B) Incidirá no caso a excludente de culpabilidade.
- C) O policial agiu em legítima defesa de terceiro.
- D) Se o cão tivesse sido usado como instrumento de ataque por um ex-companheiro de Josefina, o policial estaria sob o manto da excludente da legítima defesa de terceiro.
- E) O policial quando atira e mata, seja um cão raivoso ou em um tiroteio contra traficantes, age no estrito cumprimento do dever legal.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renato Pulz

72

Sobre o acordo de não persecução penal, marque a alternativa correta.

- A) Poderá ser proposto ao agente que cometeu infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena máxima inferior a 4 (quatro) anos.
- B) O acordo é um direito subjetivo do acusado.
- C) O acordo de não persecução penal também pode ser oferecido pela autoridade policial na fase de inquérito.
- D) Se o juiz não homologar o acordo caberá recurso em sentido estrito.
- E) O ANPP, por questões de política criminal de desencarceramento também se aplica nos crimes praticados no âmbito de violência doméstica ou familiar, ou praticados contra a mulher por razões da condição de sexo feminino.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Renato Grilo

73

A Lei hipotética n. 1.000, que criou um determinado tributo, foi revogada no mesmo dia em que um contribuinte obteve decisão na esfera administrativa favorável, que anulou, na íntegra, o lançamento tributário em relação ao tributo que acabara de ser extinto. A revogação da lei tratou apenas de extinguir a existência do tributo, sem nada dispor acerca de qualquer benefício tributário. Nesse contexto, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A “Lei n. 1.000” não operou a extinção dos créditos tributários que surgiram durante a sua vigência.
- B) Embora não mais vigente a Lei hipotética n. 1.000, o tributo extinto poderá ser novamente lançado em relação ao mesmo contribuinte, desde que não alcançado pela decadência, de modo a corrigir o vício que marcou o lançamento anterior.
- C) Ao extinguir um tributo, a lei opera automaticamente também a extinção dos créditos tributários ainda não pagos ou com lançamento pendente.
- D) A lei extintiva do tributo não compõe o rol de extinção, exclusão ou suspensão dos créditos tributários.
- E) A decadência é o fenômeno tributário de maior relevância para o contexto da questão, sendo capaz de impedir um novo lançamento.

74

No contexto da atual reforma tributária, considere hipoteticamente que um determinado novo tributo foi instituído sem a previsão de distinção entre os contribuintes, conforme sua riqueza individual. Teoricamente, nesse cenário, assinale dentre os seguintes princípios tributários aquele que poderá ser ferido.

- A) Anterioridade anual ou clássica.
- B) Anterioridade nonagésima ou noventena.
- C) Legalidade tributária estrita.
- D) Isonomia tributária formal (igualdade formal).
- E) Princípio da capacidade contributiva.

75

Considere a criação de uma isenção tributária instituída com critérios específicos e com base no atendimento de condições específicas, tendo prazo determinado. A respeito desse instituto jurídico, marque a assertiva INCORRETA.

- A) De acordo com o CTN, excluem o crédito tributário apenas a isenção e a anistia.
- B) O enunciado descreve espécie de isenção onerosa.
- C) A isenção se refere aos créditos tributários cujo objeto seja o tributo, e não as multas tributárias.
- D) A anistia se refere aos créditos tributários cujo objeto seja a multa tributária.
- E) O enunciado descreve uma isenção que pode ser suprimida pelo Fisco, ainda que o contribuinte tenha atendido aos requisitos da lei, nos termos do CTN.

76

Sobre as garantias e privilégios do crédito tributário, marque a alternativa CORRETA.

- A) O rol das garantias do crédito tributário não exclui outras que previstas em lei.
- B) A previsão das garantias atribuídas pelo CTN ao crédito tributário influencia diretamente na sua natureza jurídica.
- C) A previsão das garantias atribuídas pelo CTN ao crédito tributário atinge a natureza jurídica da respectiva obrigação tributária subjacente.
- D) Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário pendente de constituição por meio do lançamento tributário.
- E) Sem prejuízo dos privilégios especiais sobre determinados bens, que sejam previstos em lei, responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa falida, exceto os gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade.

77

Considerando o conceito legal de tributo, previsto no art. 3º do CTN, indique, dentre as alternativas abaixo, aquela que não está nele tecnicamente compreendida.

- A) É impossível juridicamente a criação de tributo que seja o objeto de uma obrigação de fazer.
- B) Não há exceção à compulsoriedade dos tributos.
- C) O tributo é expresso em forma de moeda, mas também pode ser decomposto em um valor que se possa exprimir em moeda.
- D) O tributo está inserido, como objeto de estudo jurídico, no chamado direito público sancionatório.
- E) A cobrança do tributo é feita mediante atos e processos administrativos plenamente vinculados.

DIREITO EMPRESARIAL

Edilson Enedino

78

Sobre a proteção que a legislação brasileira confere à propriedade industrial, é correto afirmar:

- A) O desenho industrial é considerado original quando dele resulte uma configuração visual distintiva, em relação a outros objetos anteriores, sendo que o resultado visual original poderá ser decorrente da combinação de elementos conhecidos.
- B) O desenho industrial é considerado novo quando compreendido no estado da técnica.
- C) O desenho industrial tem o potencial de ser aplicado a um produto, proporcionando resultado visual novo e original na sua configuração interna e que possa servir de tipo de fabricação industrial.
- D) O estado da técnica é constituído por tudo aquilo que não se tornou acessível ao público antes da data de depósito do pedido de patente, no Brasil ou no exterior, por uso ou qualquer outro meio de divulgação de um produto ou serviço.
- E) Considera-se modelo de utilidade a forma plástica ornamental de um objeto ou o conjunto ornamental de linhas e cores que possa ser aplicado a um produto, proporcionando resultado visual novo e original na sua configuração externa e que possa servir de tipo de fabricação industrial.

79

A legislação falimentar estabelece dezenas de efeitos decorrentes do deferimento do processamento da recuperação judicial e da decretação da falência, dentre os quais o seguinte:

- A) suspensão das ações ajuizadas contra o devedor, inclusive daquelas dos credores particulares do sócio solidário, relativas a créditos ou obrigações sujeitos à recuperação judicial ou à falência
- B) proibição de qualquer forma de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição judicial ou extrajudicial sobre os bens do devedor, oriunda de demandas judiciais ou extrajudiciais cujos créditos ou obrigações sujeitem-se à recuperação judicial ou à falência.
- C) suspensão de qualquer forma de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição extrajudicial sobre os bens do devedor, oriunda de demandas extrajudiciais cujos créditos ou obrigações sujeitem-se à recuperação judicial ou à falência.
- D) suspensão das execuções ajuizadas contra o devedor, salvo aquelas dos credores particulares do sócio solidário, relativas a créditos ou obrigações sujeitos à recuperação judicial ou à falência.
- E) interrupção do curso da prescrição das obrigações do devedor sujeitas ao regime da falência e da recuperação judicial.

80

Sobre a possibilidade do alienante do estabelecimento, em uma operação de trespasso, poder se restabelecer e fazer concorrência ao adquirente, é correto afirmar:

- A) Após três anos da operação de trespasso, o alienante poderá se restabelecer e fazer concorrência ao adquirente.
- B) O contrato social não pode estabelecer prazo de suspensão do direito de concorrência, ante os princípios da livre iniciativa e da concorrência leal.
- C) Não havendo autorização expressa no contrato de trespasso, o alienante não pode fazer concorrência ao adquirente, nos cinco anos posteriores à transferência.
- D) Para que o alienante possa fazer concorrência ao adquirente, será necessária autorização expressa no contrato social.
- E) Após cinco anos da operação de trespasso, o alienante poderá se restabelecer e fazer concorrência ao adquirente.

81

Com o advento da Lei n. 14.112/2020, a Fazenda Pública teve regulamentada sua participação no processo de falência. A nova redação dada à Lei n. 11.101/2005, Lei de Falências, estabeleceu que o crédito da Fazenda Pública deverá ser incluído na massa falida subjetiva por meio de:

- A) impugnação à relação de credores.
- B) habilitação de crédito.
- C) incidente de divergência de crédito.
- D) incidente de classificação de crédito público.
- E) ação de retificação de quadro-geral de credores.

82

São títulos emitidos pelas sociedades anônimas que conferem aos seus titulares direito de crédito eventual contra a companhia, consistente na participação nos lucros anuais:

- A) Debêntures.
- B) Bônus de subscrição.
- C) Ações de fruição.
- D) Ações preferenciais.
- E) Partes Beneficiárias.

83

O aceite no cheque é considerado:

- A) válido.
- B) inexistente.
- C) anulável.
- D) não escrito.
- E) nulo.

84

O Código Civil regulou os títulos de crédito de forma geral. Ao lado da legislação codificada, os títulos de crédito estão regulamentados em diversas legislações especiais. O instituto do endosso encontra-se previsto tanto nas regras gerais quanto nas especiais. Considerando o que prevê o Código Civil sobre o endosso, é correto afirmar:

- A) O endosso em branco deve ser lançado pelo endossante no anverso do próprio título.
- B) Considera-se nulo o endosso cancelado, total ou parcialmente.
- C) Considera-se legítimo possuidor o portador do título à ordem com série regular e ininterrupta de endossos, salvo se o último for em branco.
- D) O endossante pode designar o endossatário, e para validade do endosso, dado no anverso do título, é suficiente a simples assinatura do endossante.
- E) A transferência por endosso completa-se com a tradição do título.

85

A legislação brasileira permite a desconsideração da personalidade jurídica na falência. Sobre o tema, é correto afirmar, inclusive considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça que:

- A) é válida a extensão da falência ou de seus efeitos, no todo ou em parte, aos sócios de responsabilidade limitada, aos controladores e aos administradores da sociedade falida.
- B) a desconsideração da personalidade jurídica da sociedade falida, para fins de responsabilização de terceiros, grupo, sócio ou administrador por obrigação desta, pode ser decretada pelo juízo falimentar com base na legislação trabalhista.
- C) apesar do juízo da falência ser universal e indivisível, a Lei n. 11.101/2005 não confere ao Juízo Falimentar competência exclusiva para desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade falida.
- D) a desconsideração da personalidade jurídica da sociedade falida pode ser decretada pelo juízo falimentar nos próprios autos da falência, sem necessidade de observância do procedimento previsto no CPC.
- E) a desconsideração da personalidade jurídica da sociedade falida, para fins de responsabilização de terceiros, grupo, sócio ou administrador por obrigação desta, pode ser decretada pelo juízo falimentar com base na legislação consumerista.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rafael Oliveira

86

Considerando as fontes do Direito Administrativo, analise as afirmativas a seguir:

- I. A jurisprudência não é considerada fonte do Direito Administrativo.
- II. O costume administrativo, embora reconhecido como fonte, não pode se sobrepor a normas legais expressas.
- III. A lei é considerada fonte primária do Direito Administrativo, mas sua aplicação é limitada pelos princípios gerais do direito.

Está correto o que se afirma em:

- A) apenas I e II.
- B) apenas II e III.
- C) apenas I e III.
- D) apenas III.
- E) I, II e III.

87

Sobre a relação entre os poderes do Estado e suas respectivas funções, assinale a alternativa correta.

- A) O Poder Executivo exerce exclusivamente a função administrativa, sendo vedada a prática de atos normativos.
- B) O Poder Legislativo é o único responsável pela elaboração de normas gerais e abstratas.
- C) A autonomia administrativa dos entes federativos é condicionada pela hierarquia constitucional entre os entes da federação.
- D) O Poder Judiciário, no exercício da função jurisdicional, pode produzir efeitos concretos típicos da função administrativa.
- E) Os poderes de Estado são completamente independentes entre si, sem qualquer controle recíproco.

88

Sobre os princípios que norteiam a administração pública, analise as assertivas.

- I. O princípio da impessoalidade aplica-se tanto à vedação do desvio de finalidade quanto à igualdade de tratamento dos administrados.
- II. O princípio da moralidade depende de critérios subjetivos de avaliação ética, sem controle jurisdicional.
- III. A publicidade é regra geral, mas comporta exceções em razão de sigilo imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Assinale a alternativa correta.

- A) Apenas I está correta.
- B) Apenas II está correta.
- C) Apenas I e III estão corretas.
- D) Apenas II e III estão corretas.
- E) I, II e III estão corretas.

89

Sobre o abuso de poder no Direito Administrativo, analise as proposições a seguir.

- I. O excesso de poder ocorre quando o agente público atua fora dos limites de sua competência administrativa.
- II. O desvio de finalidade está relacionado ao exercício legítimo da competência administrativa, mas voltado a fins diferentes daqueles previstos em lei.
- III. O controle jurisdicional do abuso de poder pode alcançar a revisão de mérito do ato administrativo, desde que haja afronta direta a princípios constitucionais.

Está correto o que se afirma em:

- A) apenas I e II.
- B) apenas I e III.
- C) apenas II e III.
- D) apenas I, II e III.
- E) nenhuma das alternativas.

90

A respeito dos poderes administrativos, assinale a alternativa que melhor expressa as características do poder disciplinar.

- A) É prerrogativa exclusiva do Poder Executivo, sendo limitado à aplicação de penalidades aos agentes públicos.
- B) Envolve tanto a apuração de infrações administrativas quanto a imposição de sanções a particulares sujeitos à fiscalização do Estado.
- C) Sua aplicação depende da vinculação estrita à lei, não comportando qualquer discricionariedade.
- D) Permite ao administrador público revisar sanções disciplinares de outros entes federativos em razão do princípio da eficiência.
- E) É restrito à esfera de subordinação hierárquica e não pode ser exercido em relação a servidores de outros Poderes.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Weslei Machado

91

Considere a seguinte situação hipotética: um juiz, após completar dois anos de exercício no primeiro grau, decide engajar-se ativamente em atividades político-partidárias. Paralelamente, aceita contribuições de entidades privadas para financiar seus projetos educacionais pessoais.

De acordo com as disposições constitucionais aplicáveis à espécie, assinale a alternativa CORRETA em relação às garantias e vedações aplicáveis a este juiz.

- A) O juiz pode participar de atividades político-partidárias, pois adquiriu vitaliciedade após dois anos de exercício, o que assegura sua independência funcional.
- B) O juiz não pode se engajar em atividades político-partidárias, e a aceitação de contribuições de entidades privadas é permitida apenas se forem para projetos educacionais.
- C) A garantia de vitaliciedade adquirida após dois anos permite ao juiz receber contribuições de entidades privadas, mas não participar de atividades político-partidárias.
- D) O juiz está proibido de dedicar-se à atividade político-partidária e de receber, a qualquer título, contribuições de pessoas físicas ou entidades públicas ou privadas, exceto como permitido por lei.
- E) Apesar de sua vitaliciedade, o juiz pode exercer atividades político-partidárias livremente, desde que não interfiram em suas funções judiciais.

92

Situação hipotética: no final do mandato de dois anos do Procurador-Geral da República, o Presidente da República decide reconduzi-lo ao cargo. O nome do Procurador-Geral é submetido novamente ao Senado Federal, tendo sido aprovado por maioria simples.

Com base nas disposições constitucionais aplicáveis à espécie, assinale a alternativa correta.

- A) A recondução do Procurador-Geral da República é válida, pois a maioria simples do Senado Federal é suficiente para a aprovação.
- B) O Procurador-Geral da República pode ser reconduzido apenas uma vez, após a aprovação por maioria absoluta do Senado Federal.
- C) A recondução do Procurador-Geral da República é automática, não necessitando de nova aprovação pelo Senado Federal.
- D) A recondução do Procurador-Geral da República é válida, pois a Constituição permite múltiplas reconduções se aprovadas por qualquer maioria no Senado.
- E) A recondução é inválida, pois a aprovação do nome pelo Senado Federal deve ser feita por maioria absoluta, não por maioria simples.

93

Situação hipotética: Clara, trabalhadora rural com 53 anos de idade, solicita aposentadoria ao INSS após 30 anos de contribuição. Ela argumenta que suas condições de trabalho sempre envolveram a exposição a agentes biológicos e químicos prejudiciais à saúde, e acredita que tem direito a uma aposentadoria diferenciada.

Com base nas disposições constitucionais sobre a Seguridade Social, analise a situação e assinale a alternativa CORRETA.

- A) Clara tem direito à aposentadoria aos 53 anos de idade devido ao seu trabalho como agricultora, desde que comprove a exposição a agentes nocivos.
- B) Clara deve aguardar até os 55 anos para se aposentar como trabalhadora rural, independentemente de sua exposição a agentes nocivos.
- C) A aposentadoria de Clara só seria possível aos 62 anos, pois a diferenciação por categoria profissional ou ocupação é vedada pela Constituição.
- D) Clara pode requerer aposentadoria especial aos 53 anos, mas é necessário submeter-se a uma avaliação biopsicossocial por equipe multiprofissional.
- E) Como trabalhadora rural, Clara pode se aposentar aos 55 anos de idade, sem necessidade de comprovar a exposição a agentes nocivos.

94

Situação hipotética: em uma cidade litorânea, preocupada com o aumento da poluição e os danos aos seus ecossistemas marinhos, o governo local decide implementar uma série de medidas de proteção ambiental. Para garantir o cumprimento dessas medidas, o governo local consulta as disposições da Constituição Federal sobre as obrigações do Poder Público na preservação do meio ambiente.

Analise as seguintes afirmações sobre as medidas que o governo da cidade pode adotar, de acordo com a Constituição Federal, e marque a opção CORRETA.

- A) Os entes federativos podem criar áreas protegidas sem a necessidade de legislação específica, uma vez que a proteção ambiental é um direito constitucionalmente garantido.
- B) É permitido aos entes federativos alterar unilateralmente os limites de espaços territoriais protegidos para facilitar o desenvolvimento urbano.
- C) Os entes federativos devem exigir estudo prévio de impacto ambiental para quaisquer novas construções na região potencialmente causadora de degradação ambiental, assegurando a publicidade desse estudo, conforme exigido por lei.
- D) A educação ambiental pode ser implementada apenas nas escolas que possuam cursos relacionados ao meio ambiente, para maximizar a eficiência dos recursos utilizados.
- E) O município está proibido de controlar a comercialização de substâncias que possam colocar em risco o meio ambiente, pois isso seria uma responsabilidade exclusiva do governo federal.

95

Situação hipotética: o município Alfa decidiu criar uma empresa pública para gerenciar seu sistema de transporte público. Em conformidade com a legislação vigente, a prefeitura está em processo de elaboração do estatuto jurídico dessa nova entidade, visando garantir sua eficiência e transparência na gestão.

De acordo com a Constituição Federal, analise as seguintes afirmativas sobre as disposições que devem constar no estatuto da empresa pública de transporte e identifique a opção CORRETA.

- A) A lei de criação da empresa pública de transporte do Município Alfa poderá conceder privilégios fiscais específicos para a empresa, desde que justificados pelo interesse público local.
- B) O estatuto da empresa pública deve prever a função social da empresa e estabelecer métodos específicos para sua fiscalização pelo Estado e pela sociedade.
- C) A empresa pública de transporte de Cidade Alfa pode optar por não constituir conselhos de administração e fiscal, caso o prefeito determine que tais órgãos são desnecessários para a boa governança.
- D) A empresa pública não precisa seguir os princípios da administração pública nas suas licitações e contratações, devido à sua natureza semiprivada e à especificidade de suas operações.
- E) A empresa pública de transporte está autorizada a seguir um regime jurídico diferente do das empresas privadas, especialmente no que tange aos direitos e obrigações trabalhistas.

96

Situação hipotética: a União, frente a uma grave crise hídrica que afetou a capacidade de geração de energia elétrica, decidiu instituir um empréstimo compulsório para financiar a construção de novas usinas hidrelétricas e eólicas. A medida foi tomada através de lei complementar, justificando a urgência e o relevante interesse nacional na expansão da capacidade energética do país.

Com base nas disposições da Constituição Federal, avalie as afirmativas e marque a opção CORRETA.

- A) A instituição do empréstimo compulsório é constitucional, pois atende a uma urgência e interesse nacional relacionados à geração de energia.
- B) A medida é inconstitucional, pois o empréstimo compulsório só pode ser aplicado em casos de guerra externa ou sua iminência.
- C) A ação é inconstitucional, pois não se enquadra como despesa extraordinária decorrente de calamidade pública.
- D) É constitucional a instituição do empréstimo compulsório, desde que o montante arrecadado seja aplicado especificamente na construção das usinas.
- E) A medida é inconstitucional, uma vez que o empréstimo compulsório não pode ser utilizado para investimentos públicos, independentemente da urgência ou do interesse nacional.

97

Situação hipotética: um grupo de cidadãos de uma pequena cidade descobriu que um recente contrato assinado entre a prefeitura e uma empresa privada para a construção de um parque aquático em uma área de preservação ambiental foi superfaturado e causaria danos significativos ao ecossistema local. Motivados pela possibilidade de lesão ao patrimônio público e ao meio ambiente, um desses cidadãos decidiu propor uma ação popular.

Com base nas disposições da Constituição Federal, analise as seguintes afirmações e assinale a opção CORRETA.

- A) A ação popular não é o meio adequado para contestar o contrato, pois se destina exclusivamente à proteção do patrimônio histórico e cultural.
- B) O cidadão não possui legitimidade para propor a ação popular, pois apenas grupos de pessoas podem iniciá-la quando se trata de defender o meio ambiente.
- C) O cidadão tem legitimidade para propor a ação popular visando a anulação do ato, e, em caso de derrota, estará isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência, desde que não tenha agido de má-fé.
- D) A ação popular só pode ser proposta se houver a participação do Ministério Pùblico como coautor na ação.
- E) O cidadão deve comprovar que o contrato representa uma lesão ao patrimônio público e cultural para que a ação popular seja considerada válida.

98

Situação hipotética: Carlos, naturalizado brasileiro há cinco anos, envolveu-se em um escândalo de fraude durante o processo de sua naturalização. Após a descoberta, o Ministério Pùblico propôs um processo judicial que culminou no cancelamento de sua naturalização por comprovação da fraude.

Com base nas disposições da Constituição Federal, analise as seguintes afirmações e assinale a opção correta.

- A) Carlos não perderá a nacionalidade brasileira, pois a renúncia à nacionalidade não é permitida sob nenhuma circunstância.
- B) Carlos perderá a nacionalidade brasileira somente se houver comprovação de que ele não se tornará apátrida após a renúncia.
- C) A perda da nacionalidade de Carlos só pode ocorrer se o processo judicial comprovar que ele agiu contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
- D) Carlos automaticamente perdeu sua nacionalidade brasileira ao ser processado por fraude, independentemente do resultado do processo judicial.
- E) Carlos perderá a nacionalidade brasileira por ter sua naturalização cancelada devido à fraude no processo.

99

Situação hipotética: o estado de Alvorada, diante de uma crescente preocupação com a saúde de seus cidadãos, promulgou uma lei estadual que concedia aos trabalhadores da iniciativa privada o direito a um dia de folga remunerada anual para realização de exames preventivos de câncer. Contudo, a constitucionalidade dessa norma foi questionada perante o Supremo Tribunal Federal, alegando-se que tal disposição invadia a competência privativa da União para legislar sobre direito do trabalho.

Com base nas disposições da Constituição Federal, analise as seguintes afirmações e assinale a opção CORRETA.

- A) A lei estadual é constitucional, pois os estados têm competência para legislar sobre questões de saúde pública que afetam diretamente os trabalhadores de seu território.
- B) A norma estadual é constitucional, desde que haja uma lei complementar federal que autorize os estados a legislar sobre direitos trabalhistas específicos.
- C) A norma estadual é inconstitucional, pois somente a União tem competência para legislar sobre direito do trabalho, incluindo interrupções de contrato para fins de saúde.
- D) A lei estadual é válida se for aprovada pela maioria absoluta das assembleias legislativas dos demais estados, em virtude de seu caráter nacional.
- E) A norma estadual é constitucional, uma vez que se destina exclusivamente a empregados da administração pública estadual.

CONHECIMENTOS GERAIS

Otoniel Linhares

100

Em 2024, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil apresentou crescimento significativo. A principal atividade econômica que impulsionou esse crescimento no segundo trimestre foi:

- A) Agropecuária
- B) Indústria
- C) Serviços
- D) Comércio Exterior
- E) Construção Civil



1º Simulado
Tribunal de Justiça da Paraíba
Cartórios (Serviços Notariais e Registrais) (Pós-Edital)

GABARITO							
1	A	26	A	51	C	76	A
2	E	27	C	52	D	77	D
3	A	28	B	53	C	78	A
4	A	29	E	54	A	79	B
5	A	30	E	55	E	80	C
6	D	31	D	56	A	81	D
7	B	32	C	57	D	82	E
8	A	33	D	58	E	83	D
9	E	34	D	59	A	84	E
10	E	35	E	60	E	85	C
11	D	36	C	61	D	86	B
12	E	37	B	62	A	87	D
13	C	38	B	63	B	88	C
14	C	39	C	64	C	89	D
15	E	40	E	65	A	90	B
16	A	41	D	66	A	91	D
17	C	42	E	67	E	92	E
18	E	43	A	68	B	93	E
19	E	44	B	69	B	94	C
20	B	45	E	70	D	95	B
21	E	46	A	71	D	96	D
22	E	47	E	72	D	97	C
23	E	48	E	73	C	98	E
24	D	49	E	74	E	99	C
25	B	50	E	75	E	100	B

ASSINATURA ILIMITADA 9.0

**Valorize seu tempo
e seu dinheiro:**

Estude para concursos com a única assinatura capaz de potencializar a sua compreensão do conteúdo e agilizar a sua aprovação. Só a **nova Assinatura Ilimitada 9.0 tem tudo na palma da sua mão**: são mais de 40 mil cursos com videoaulas e PDFs para todas as carreiras, 80 mil horas de audiolivros e 2,7 milhões de questões. E, agora, a Assinatura Ilimitada 9.0 está ainda mais tecnológica, confira:

NUNCA MAIS ESTUDE SÓ, APRENDA COM A MAIA

Além dos nossos mais de 500 professores especialistas, **agora você tem a MAIA**, a assistente educacional inteligente que está sempre pronta para tirar dúvidas, comentar questões e recomendar e comparar os cursos e os concursos alinhados aos seus objetivos.

CRONOGRAMA DE ESTUDOS ATUALIZADO

Edite o seu cronograma de estudos de acordo com a sua rotina: **mescle videoaulas com PDFs**, altere a sequência de conteúdos e selecione a quantidade de cursos que quiser.

ELIMINE EXCESSOS

Com os PDFs sintéticos do Gran, você nunca mais precisará se preocupar em resumir o que estudou. Eles são resumos completos, objetivos e esquematizados, voltados para o estudo otimizado das matérias.

MAIS TECNOLOGIA E USABILIDADE

A nova plataforma de estudos passou por uma remodelação na estrutura do menu. A página de cursos foi atualizada e o material de boas-vindas vai te surpreender ao explicar de maneira ágil como usar a plataforma. **Agora, você pode contar com app para o seu desktop**, implementação do modo noturno e Gran Comunidade na sala de aula.

Contato para vendas:

(61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero ser assinante
ilimitado agora

REGISTROS PÚBLICOS E NOTARIAL

Carlos Elias

01

Assinale a alternativa correta.

- A) Entre as punições aplicáveis aos tabeliões e aos registradores por infração disciplinar, está a suspensão por noventa dias, prorrogáveis por mais trinta
- B) O notário e o registrador não é um profissional do direito.
- C) A delegação do serviço notarial e registral pode ser outorgada a uma pessoa jurídica, desde que mediante licitação.
- D) É permitido fixar emolumentos em percentual incidente sobre o valor do negócio jurídico objeto dos serviços notariais e de registro.
- E) No exercício das atividades notariais e de registro, e de acordo com a Lei Federal n. 8.935/1994, é correto afirmar: os notários e registradores estão sujeitos, pelas infrações que praticarem, assegurado amplo direito de defesa, às penas de advertência; repreensão; multa; suspensão por cento e vinte dias, prorrogáveis por mais trinta; e perda da delegação.

Letra a.

Assunto abordado: Teoria Geral dos Atos Notariais.

- A) Certa. É o art. 32, III, da Lei n. 8.935/1994:

Art. 32. Os notários e os oficiais de registro estão sujeitos, pelas infrações que praticarem, assegurado amplo direito de defesa, às seguintes penas:

- I – repreensão;
- II – multa;
- III – suspensão por noventa dias, prorrogável por mais trinta;
- IV – perda da delegação

- B) Errada. Contraria o art. 3º da Lei n. 8.935/1994:

Art. 3º Notário, ou tabelião, e oficial de registro, ou registrador, são profissionais do direito, dotados de fé pública, a quem é delegado o exercício da atividade notarial e de registro.

- C) Errada. A outorga é só para pessoa natural, mediante aprovação em concurso público. É o art. 236, § 3º, da CF:

Art. 236. Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público. (Regulamento)

§ 1º Lei regulará as atividades, disciplinará a responsabilidade civil e criminal dos notários, dos oficiais de registro e de seus prepostos, e definirá a fiscalização de seus atos pelo Poder Judiciário.

§ 2º Lei federal estabelecerá normas gerais para fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro. (Regulamento)

§ 3º O ingresso na atividade notarial e de registro depende de concurso público de provas e títulos, não se permitindo que qualquer serventia fique vaga, sem abertura de concurso de provimento ou de remoção, por mais de seis meses.

- D) Errada. É vedado fixar emolumentos com base em percentual do valor do negócio, conforme art. 3º, II, da Lei n. 10.169/2000:

Art. 3º É vedado:

- I – (VETADO)
- II – fixar emolumentos em percentual incidente sobre o valor do negócio jurídico objeto dos serviços notariais e de registro;
- III – cobrar das partes interessadas quaisquer outras quantias não expressamente previstas nas tabelas de emolumentos;
- IV – cobrar emolumentos em decorrência da prática de ato de retificação ou que teve de ser refeito ou renovado em razão de erro imputável aos respectivos serviços notariais e de registro;
- V – (VETADO)
- VI – impor ao registro e averbação de situações jurídicas em que haja a interveniência de produtor rural quaisquer acréscimos a título de taxas, custas e contribuições para o Estado ou Distrito Federal, carteira de previdência, fundo de custeio de atos gratuitos e fundos especiais do Tribunal de Justiça, bem como de associação de classe, ou outros que venham a ser criados. (Incluído pela Lei n. 13.986, de 2020)

E) Errada. Não há advertência, ao contrário do dito na questão. É o art. 32 da Lei n. 8.935/1994:

Art. 32. Os notários e os oficiais de registro estão sujeitos, pelas infrações que praticarem, assegurado amplo direito de defesa, às seguintes penas:

- I – repreensão;
- II – multa;
- III – suspensão por noventa dias, prorrogável por mais trinta;
- IV – perda da delegação.

02

Acerca da responsabilidade civil dos oficiais por danos causados a terceiros no exercício de suas funções, é correto afirmar que:

- A) a responsabilidade é, em regra, objetiva, conforme previsão expressa na Lei n. 8.935/1994.
- B) o prazo prescricional para a pretensão de reparação civil contra o oficial é de 10 anos.
- C) não é cabível regresso do oficial contra o preposto que tenha causado o dano, porque o risco da atividade é integralmente do oficial.
- D) se o ato notarial ou registral tiver sido praticado por preposto, o oficial não tem dever de indenizar.
- E) O Estado responde, objetivamente, pelos atos dos tabeliões e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa

Letra e.

Assunto abordado: Lei Federal n. 8.935, de 18 de novembro de 1994.

A) Errada. É subjetiva, conforme:

Art. 22. Os notários e oficiais de registro são civilmente responsáveis por todos os prejuízos que causarem a terceiros, por culpa ou dolo, pessoalmente, pelos substitutos que designarem ou escreventes que autorizarem, assegurado o direito de regresso.

Parágrafo único. Prescreve em três anos a pretensão de reparação civil, contado o prazo da data de lavratura do ato registral ou notarial.

B) Errada. O prazo é de 3 anos. É o art. 22, parágrafo único, da Lei n. 8.935/1994:

Art. 22. Os notários e oficiais de registro são civilmente responsáveis por todos os prejuízos que causarem a terceiros, por culpa ou dolo, pessoalmente, pelos substitutos que designarem ou escreventes que autorizarem, assegurado o direito de regresso.

Parágrafo único. Prescreve em três anos a pretensão de reparação civil, contado o prazo da data de lavratura do ato registral ou notarial.

C) Errada. É cabível sim o direito de regresso, conforme art. 22, caput, da Lei n. 8.935/1994:

Art. 22. Os notários e oficiais de registro são civilmente responsáveis por todos os prejuízos que causarem a terceiros, por culpa ou dolo, pessoalmente, pelos substitutos que designarem ou escreventes que autorizarem, assegurado o direito de regresso.

Parágrafo único. Prescreve em três anos a pretensão de reparação civil, contado o prazo da data de lavratura do ato registral ou notarial.

D) Errada. O oficial responde por ato do preposto, assegurado direito de regresso. É o art. 22, caput, da Lei n. 8.935/1994:

Art. 22. Os notários e oficiais de registro são civilmente responsáveis por todos os prejuízos que causarem a terceiros, por culpa ou dolo, pessoalmente, pelos substitutos que designarem ou escreventes que autorizarem, assegurado o direito de regresso.

Parágrafo único. Prescreve em três anos a pretensão de reparação civil, contado o prazo da data de lavratura do ato registral ou notarial.

E) Certa. É o entendimento do STF:

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. DANO MATERIAL. ATOS E OMIS-SÕES DANOSAS DE NOTÁRIOS E REGISTRADORES. TEMA 777. ATIVIDADE DELEGADA. RESPONSABILIDADE CIVIL DO DELEGATÁRIO E DO ESTADO EM DECORRÊNCIA DE DANOS CAUSADOS A TERCEIROS POR TABELIÃES E OFICIAIS DE REGISTRO NO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS. ART. 236, §1º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTADO PELOS ATOS DE TABELIÃES E REGISTRADORES OFICIAIS QUE, NO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES, CAUSEM DANOS A TERCEIROS, ASSEGURADO O DIREITO DE REGRESSO CONTRA O RESPONSÁVEL NOS CASOS DE DOLO OU CULPA. POSSIBILIDADE. 1. Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público. Tabeliães e registradores oficiais são particulares em colaboração com o poder público que exercem suas atividades in nomine do Estado, com lastro em delegação prescrita expressamente no tecido constitucional (art. 236, CRFB/88). 2. Os tabeliães e registradores oficiais exercem função munida de fé pública, que destina-se a conferir autenticidade, publicidade, segurança e eficácia às declarações de vontade. 3. O ingresso na atividade notarial e de registro depende de concurso público e os atos de seus agentes estão sujeitos à fiscalização do Poder Judiciário, consoante expressa determinação constitucional (art. 236, CRFB/88). Por exercerem um feixe de competências estatais, os titulares de serventias extrajudiciais qualificam-se como agentes públicos. 4. O Estado responde, objetivamente, pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros, assentando o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa. Precedentes: RE 209.354 AgR, Rel. Min. Carlos Velloso, Segunda Turma, DJe de 16/4/1999; RE 518.894 AgR, Rel. Min. Ayres Britto, Segunda Turma, DJe de 22/9/2011; RE 551.156 AgR, Rel. Min. Ellen Gracie, Segunda Turma, DJe de 10/3/2009; AI 846.317 AgR, Rel. Min.. Carmen Lúcia, Segunda Turma, DJe de 28/11/13 e RE 788.009 AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, Primeira Turma, julgado em 19/08/2014, DJe 13/10/2014. 5. Os serviços notariais e de registro, mercê de exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público (art. 236, CF/1988), não se submetem à disciplina que rege as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos. É que esta alternativa interpretativa, além de inobservar a sistemática da aplicabilidade das normas constitucionais, contraria a literalidade do texto da Carta da República, conforme a dicção do art. 37, § 6º, que se refere a “pessoas jurídicas” prestadoras de serviços públicos, ao passo que notários e tabeliães respondem civilmente enquanto pessoas naturais delegatárias de serviço público, consoante disposto no art. 22 da Lei n. 8.935/1994. 6. A própria constituição determina que “lei regulará as atividades, disciplinará a responsabilidade civil e criminal dos notários, dos oficiais de registro e de seus prepostos, e definirá a fiscalização de seus atos pelo Poder Judiciário” (art. 236, CRFB/88), não competindo a esta Corte realizar uma interpretação analógica e extensiva, a fim de equiparar o regime jurídico da responsabilidade civil de notários e registradores oficiais ao das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos (art. 37, § 6º, CRFB/88). 7. A responsabilização objetiva depende de expressa previsão normativa e não admite interpretação extensiva ou ampliativa, posto regra excepcional, impassível de presunção. 8. A Lei n. 8.935/1994 regulamenta o art. 236 da Constituição Federal e fixa o estatuto dos serviços notariais e de registro, predicando no seu art. 22 que “os notários e oficiais de registro são civilmente responsáveis por todos os prejuízos que causarem a terceiros, por culpa ou dolo, pessoalmente, pelos substitutos que designarem ou escreventes que autorizarem, assegurado o direito de regresso. (Redação dada pela Lei n. 13.286, de 2016)”, o que configura inequívoca responsabilidade civil subjetiva dos notários e oficiais de registro, legalmente assentada. 9. O art. 28 da Lei de Registros Públicos (Lei n. 6.015/1973) contém comando expresso quanto à responsabilidade subjetiva de oficiais de registro, bem como o art. 38 da Lei n. 9.492/1997, que fixa a responsabilidade subjetiva dos Tabeliães de Protesto de Títulos por seus próprios atos e os de seus prepostos. 10. Deveras, a atividade dos registradores de protesto é análoga à dos notários e demais registradores, inexistindo discrimen que autorize tratamento diferenciado para somente uma determinada atividade da classe notarial. 11. Repercussão geral constitucional que assenta a tese objetiva de que: o Estado responde, objetivamente, pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros, assentando o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa. 12. In casu, tratando-se de dano causado por registrador oficial no exercício de sua função, incide a responsabilidade objetiva do Estado de Santa Catarina, assentando o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa.

13. Recurso extraordinário CONHECIDO e DESPROVIDO para reconhecer que o Estado responde, objetivamente, pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros, assentando o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa. **Tese: “O Estado responde, objetivamente, pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros, assentando o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa”.** (RE 842846, Relator(a): LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 27/02/2019, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-175 DIVULG 12-08-2019 PUBLIC 13-08-2019)

03

É requisito para a delegação para o exercício da atividade notarial, salvo:

- A) o diploma de bacharel em direito ou, à sua falta, a comprovação de dois anos de exercício em serviço notarial ou de registro até a data da primeira publicação do edital do concurso de provas e títulos.
- B) nacionalidade brasileira.
- C) quitação com as obrigações eleitorais e militares.
- D) verificação de conduta condigna para o exercício da profissão.
- E) aprovação em concurso público de provas e títulos, mesmo no caso de concurso de remoção.

Letra a.

Assunto abordado: Lei Federal n. 8.935, de 18 de novembro de 1994.

- A) Errada. Contraria o § 2º do art. 15 da LNR, o qual exige 10 anos. Veja:

Art. 15. Os concursos serão realizados pelo Poder Judiciário, com a participação, em todas as suas fases, da Ordem dos Advogados do Brasil, do Ministério Público, de um notário e de um registrador.

§ 1º O concurso será aberto com a publicação de edital, dele constando os critérios de desempate.

§ 2º Ao concurso público poderão concorrer candidatos não bacharéis em direito que tenham completado, até a data da primeira publicação do edital do concurso de provas e títulos, dez anos de exercício em serviço notarial ou de registro.

- B) a D) Certas. Condizem com os incisos do art. 14 da Lei n. 8.935/1994:

Art. 14. A delegação para o exercício da atividade notarial e de registro depende dos seguintes requisitos:

- I – habilitação em concurso público de provas e títulos;
- II – nacionalidade brasileira;
- III – capacidade civil;
- IV – quitação com as obrigações eleitorais e militares;
- V – diploma de bacharel em direito;

ASSINATURA ILIMITADA 9.0

Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional. Assine AGORA a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a Assinatura Ilimitada 9.0 do Gran Cursos Online.

FACILITE SEUS ESTUDOS:
rotas de aaprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.

TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:
faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.

VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:
mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.

TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:
quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.

NÚMEROS GRANDES:
milhares de alunos aprovados, mais de 2,8 milhões de questões, mais de 35 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.

TUDO NA SUA MÃO:
só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

(61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.

G Quero ser assinante ilimitado agora